

TRANSIÇÃO LIBERAL E RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO: O CASO DA GUINÉ-BISSAU

Carlos Cardoso*

INTRODUÇÃO

Pela sua rapidez, abrangência e profundidade, as transformações políticas ocorridas na África subsahariana nos últimos dez anos parecem ter fascinado e quicá mesmo iludido os estudos africanos, suscitando análises controversas e às vezes até limitadas, acabando muitas delas por passar completamente ao lado da realidade destes países. Enquanto que um dos seus sectores vinha procurando encontrar nestas mudanças um reflexo das condicionalidades impostas pelas instituições financeiras internacionais, outros há que têm analisado as chamadas transições democráticas numa perspectiva formalista e normativa, pecando por excesso de procura de uma tipologia ("democrático", "autoritário" ou "democracia guiada") concebida a partir de modelos ocidentais, à qual convinha que a realidade africana se moldasse¹.

Por se terem limitado, principalmente, a comparar os países em termos do grau de enraizamento da democracia, relegando para segundo plano os factores subjacentes a estas mudanças sociais e políticas-que acabam por influenciar o processo em direcções variadas-, estas explicações tinham que cair num certo tipo de reducionismo. E este reducionismo conduziu a que as transições políticas ocorridas tenham sido vistas menos como o resultado de uma dinâmica interna, cujas origens estão radicadas num movimento social, entre outros, de contestação do Estado, e mais como algo necessariamente análogo ao que ocorreu no Ocidente. Ora, como constatará Villalón, as origens sociais das transformações nos estados africanos são mais antigas do que o período 1989-1990. Portanto, para além de tomar em consideração as transformações ocorridas a nível internacional, a exaustão dos vários meios através dos quais os Estados se sustentaram a eles mesmos e a natureza da resposta inicial ao 'imperativo da democratização', a compreensão das mudanças ocorridas no espaço político africano tem que se basear num exame das transformações ocorridas nas estruturas sociais. "Temos que considerar os modos através dos quais as transformações sociais afectam o sistema político, e o grau pelo qual formas societais de organização podem substituir ou destronar estruturas de Estado" (VILLALÓN 1999: 21).

Partindo do caso específico da Guiné-Bissau, a nossa contribuição irá debruçar-se sobre as transformações ocorridas no espaço político deste pequeno mas complexo país africano, aproximadamente durante o último quartel do século XX, tentando realçar a actuação de alguns actores sociais² e como é que se dá a reconfiguração do espaço político a partir do posicionamento e/ou reposicionamento destes mesmos actores.

* Centro de Estudos Africanos - ISCTE

¹ Veja por exemplo a tipologia proposta pela *Africa Demos*, uma publicação periódica do Programa *African Governance* do Centro Carter da Universidade Emory.

² Inspirando-nos na definição de Bernard Gournay, entendemos por *actor social* qualquer indivíduo ou grupo que se revelem capazes de invocar uma capacidade de acção própria, de definir objectivos e reunir os meios apropriados à sua realização, de exercer, enfim, uma influência sobre os centros de decisão. (Cf. BAUDOUIN 1999: 257)

Esta contribuição constitui a primeira reflexão elaborada no quadro de um projecto de pesquisa que se quer muito mais amplo e ambicioso, intitulado "constituição e reconstituição dos espaços políticos nos PALOP" e que está a ser levado a cabo por um grupo de universitários e investigadores ligados ao Centro de Estudos Africanos do ISCTE (Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa). Por isso, as afirmações nela contidas devem ser consideradas como preliminares e como hipóteses a confirmar pelas investigações ulteriores.

A TRANSIÇÃO LIBERAL COMO EXPRESSÃO DE TRANSFORMAÇÃO DA CLASSE BUROCRÁTICA DO ESTADO³

Num interessante texto sobre o processo democrático na Guiné-Bissau, o sociólogo cabo-verdiano Raúl Fernandes defende que a transição democrática é a representação política de um processo social de transformação da classe burocrática do Estado numa burguesia comercial e fundiária, com uma consequente reposição do papel do Estado "nacional" no contexto das relações de força internacionais, e uma maior atomização das classes populares através da multiplicação dos sindicatos, associações, partidos e ONG (FERNANDES 1994).

Com efeito, durante a chamada fase socialista⁴, em que se verificara um monopólio do Estado não apenas sobre a economia, mas também sobre a vida social, tinham sido nacionalizados os principais mecanismos da economia. As principais casas comerciais recém-nacionalizadas e as novas empresas "industriais" constituíram a base económica de uma nova classe burocrática de Estado. Esta burocracia fez das empresas "nacionalizadas" um espaço político estratégico para o fortalecimento das suas bases, num processo de burocratização que faz uma identificação constante entre o partido no poder e o aparelho de Estado e em que os detentores da burocracia do partido se tornam, por conseguinte, detentores do aparelho do Estado e, pela "burocratização" da economia, os detentores dos principais meios de produção. A construção do Estado nacional e a mistificação do partido único transformaram-se no *leitmotiv* do processo de acumulação "privada" do capital pela classe burocrática do Estado.

Segundo ainda o mesmo autor, a segunda fase, a liberal, é iniciada pelo processo de transformação social e de transferência progressiva das bases da acumulação do Estado para o sector privado, reforçado pelas imposições do Banco Mundial e do FMI, que exigem como critérios de financiamento o "desengajamento" do Estado e a privatização das principais unidades económicas. A canalização dos financiamentos externos prioritariamente para o sector comercial e agrícola e a sua concomitante "apropriação" pela classe burocrática do Estado criou as bases para o aparecimento de uma burguesia comercial e agrária que, por falta de melhores bases económicas, continuou ligada a um aparelho de Estado centralizado na figura do Presidente. Através deste "bonapartismo presidencial" se redistribuiu a mais valia internacional massivamente introduzida no país pelas instituições internacionais, seguindo estas uma estratégia de recuperação do capitalismo internacional (FERNANDES 1994).

O processo de liberalização foi muito mais complexo do que acima referido. À actuação daquilo que se poderia considerar a franja moderna da sociedade civil (sindicatos, associações cívicas e de profissionais, etc.) haveria que acrescentar a revitalização e/ou aparecimento de novas formas de organização das sociedades ditas tradicionais, como veremos mais adiante, para já não falar de uma variedade de seitas e instituições religiosas. Não obstante o facto de o trabalho apresentar limitações em termos de descrição do processo em si, reconhecemos o mérito desta contribuição pelo facto de ter chamado a atenção para um dos aspectos até aqui muito pouco estudado, nomeadamente o da centralidade da actuação dos actores sociais na compreensão dos processos de transição política.

Na realidade, o "crescimento" desta classe empresarial que à medida que consolidava a sua base económica se ia "autonomizando" em relação ao Estado e reclamando um novo nicho na sociedade, o descontentamento

³ Por *transição liberal* entendemos a criação de um quadro político e jurídico adequado à expressão e à protecção das liberdades individuais e colectivas, um processo que encerra mudanças económicas, políticas e sociais, em que há a liberalização do mercado, mas igualmente se reformulam as leis e as instituições no sentido de as adaptar a um sistema de democracia liberal.

⁴ A história política do Estado pós-independente na Guiné-Bissau levou os analistas políticos a periodizá-la em duas fases: a primeira, de 1974 a 1981, designada de "socialista", e uma segunda, de 1981 aos nossos dias, designada de "liberal". Em geral, a primeira fase é analisada sob o prisma do papel crescente e centralizador do Estado, e a segunda como a do "desengajamento" do Estado e da economia do mercado.

popular e o despertar de uma nova consciência cívica e democrática reduziram as bases do sistema bonapartista presidencial e impulsionaram a liberalização económica, social e política.

Está porém por determinar o grau de participação destes diferentes actores na liberalização económica e política, bem como a quem atribuir o protagonismo principal neste mesmo processo. Há quem conteste a capacidade da burguesia nacional ou melhor do nascente sector privado africano jogar um papel central em matéria de desenvolvimento, limitação do poder do Estado ou de democratização. Segundo estes autores, dos quais Roger Tangri é um representante, a história do nascimento e consolidação desta camada, as relações de "patronage" que continua a nutrir com os agentes de Estado, bem como a sua fraca organização, são alguns dos factores que dificultam a assumpção deste papel (TANGRI 1998). Para alguns, a liberalização económica resultou necessariamente na subalternização ou estreitamento das redes de *patronage*, tendo feito ressurgir os Estados e reforçado as posições das elites políticas colocadas no topo da escala (BOONE 1999:134).

No caso da Guiné-Bissau, a liberalização não criou uma clivagem clara entre a classe burocrática do Estado e a burguesia nascente. De facto, a descapitalização da classe empresarial fez com que esta continuasse dependente do Estado e dos seus agentes para o financiamento das suas actividades. Aproveitando-se da sua posição privilegiada no aparelho de Estado, muitos dos membros da classe burocrática do Estado transformaram-se em empresários activos, constituindo-se em núcleo duro da classe. As perspectivas da realização de lucros menos "controlados" num sector privado caracterizado pela debilidade de mecanismos de controle das receitas e pela ausência de uma legislação adequada ao enquadramento do sector por um lado, e o facto de a nascente sociedade civil, influenciada pelo paradigma da "good governance" começar a reclamar um maior controle e prestação de contas por parte dos servidores do Estado por outro lado, levou a que muitos deles tivessem optado claramente pela vida empresarial.

Entre esta opção e a institucionalização de um regime democrático havia porém uma grande distância. A pressão das camadas desfavorecidas com o programa de liberalização económica, sobretudo do assalariado urbano, o assumir de um maior protagonismo por parte de certos sectores da sociedade política, encarregaram-se de reduzir esta distância e colocar na agenda do dia a liberalização política. Como constata Boone para muitos outros casos em África, nomeadamente para o Senegal, ao abrir o sistema económico à lei do mercado, as autoridades políticas não imaginavam que as mudanças económicas pudessem abrir as portas à mudanças políticas profundas, incluindo a passagem de um sistema monopartidário ao sistema pluripartidário. Ao anunciar a liberalização económica, a elite política não tinha a intenção de liberalizar a vida política e criar um precedente à reconfiguração da ordem política (BOONE 1999). Mas esta acabou por se verificar na maior parte dos países por pressão das camadas desfavorecidas, inicialmente através da contestação das injustiças económicas, mas mais tarde pela pressão para introduzir mudanças políticas, nomeadamente no tipo de regime. No caso da Guiné-Bissau, a tentativa de abertura às ditas sensibilidades no interior do então partido único pode ser interpretada como uma jogada para evitar ou retardar a transição política, uma vez que se temia que com a queda do regime de partido-único e do bonapartismo seriam as bases do próprio Estado centralizador que seriam postas em causa.

De facto ou de jure, a abertura política assim criada pela erosão da autoridade e legitimidade do Estado, a decadência e/ou fragilização das velhas redes de *patronage* e de estruturas corporatistas, reduziram a capacidade do regime em subornar ou absorver potenciais grupos de oposição, fê-lo ceder às pressões política e económica de fora (França, Grã Bretanha, Estados Unidos e Banco Mundial), e aceitar abertamente a liberalização política. Neste novo espaço político, os grupos sociais urbanos subalternizaram os seus interesses divergentes e organizaram-se sob o lema da democracia. Eles mobilizaram-se contra regimes não-democráticos, atacaram o Programa de Ajustamento Estrutural, que era suposto libertar a economia, os produtores e os investidores locais das mãos sufocadoras do Estado (BOONE 1999:133)⁵.

⁵ Do resto, a tensão entre liberalização económica e política está bem documentada na literatura sobre Ajustamento Estrutural em África. Veja por exemplo Bratton e Van de Walle, 1992.

RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO

A reconfiguração do espaço político é assim entendido no sentido de aparecimento de novos actores políticos e novas formas de mobilização social, às quais subjazem novas relações de Estado-sociedade.

Com efeito, as mudanças sociais e políticas ocorridas na sociedade guineense desde a segunda metade da década de 80 afectaram a posição e o papel dos diferentes actores sociais, bem como a relação de forças entre eles. No plano político-social constatamos que a uma classe de Estado formada a seguir à independência se acrescenta um proto-empresariado que, valendo-se do seu crescente peso económico numa era de liberalização, procura também um nicho na sociedade. Os camponeses, embarcados neste jogo sem entenderem exactamente as regras que o orientam-pelo menos as ditadas pelas instituições económicas internacionais-, organizados em associações de *tabanca*⁶, também viram a sua vida transforma-se (uns dizem para o pior, outros para o melhor). As associações da juventude e de mulheres tornam-se um vector importante de canalização de projectos de sociedade que muitas das vezes não eram coincidentes com as do Estado. Com efeito, a formalização de um novo sistema político em 1991 e as alterações institucionais que se lhe seguiram iniciaram um processo de criação de condições para uma intervenção política cada vez mais acentuada de outros sujeitos sociais, que até aqui pouca visibilidade tinham. Organizações políticas, grupos de interesse organizados e agrupamentos sociais surgem como cogumelos na primavera, povoando os "novos" espaços sociais e políticos.

É no quadro desta (re)configuração do espaço político que vemos os militares desempenharem um papel muito mais activo e muito mais visível, chamando a atenção da sociedade, por vezes de uma forma dramática, para a sua existência.

Os acontecimentos que tiveram lugar recentemente na Guiné-Bissau, mas igualmente no Níger e na Costa do Marfim, para citar apenas alguns exemplos, onde os militares tomaram de assalto o poder político, são reveladores não só das "fraquezas" e "incertezas" da democracia em África⁷, como alguns postulam, mas testemunham igualmente uma (re)"invenção" da actuação política de diferentes actores sociais e talvez até do próprio espaço político. Alguns casos em que os militares conseguiram fazer ultrapassar um certo impasse no funcionamento das instituições, instituir um poder aparentemente mais popular e promover eleições livres, levaram alguns observadores a questionar se a sua intervenção não seria uma salvação para a democracia em África. Aliás, a ligeireza das críticas da Comunidade Internacional em relação às últimas ondas de intervenção militar em alguns países, incluindo a Guiné-Bissau vem corroborar essa tentativa de interpretar os golpes de Estado como uma salvação da democracia. Os "sucessos" alcançados no Burkina Faso e no Mali após as intervenções militares vêm igualmente fornecer elementos aos que pensam dessa forma. A resposta à nossa pergunta não pode ser generalizada para todos os casos. Mas este questionamento faz-nos também lembrar a velha tese que defende que os regimes militares de tipo autocrático e dictatorial seriam os mais adequados para os países africanos.

Para além de pecarem por confundir a árvore com a floresta, estas teses são limitadas por tentar analisar estas realidades "vivas" à luz de um paradigma pré-concebido, em vez de tentar compreender o processo em si.

Analisando a história recente da Guiné-Bissau à luz destas teses, temos que reconhecer que elas são no mínimo redutoras, uma vez que não conseguem abarcar a complexidade dos processos reais em curso. Numa primeira aproximação, constatamos que os militares passaram a ter um papel mais interventor na cena política a partir de 1980, quando perpetraram um golpe de Estado contra o regime de Luís Cabral. Eles voltam a "aparecer" aproximadamente duas décadas mais tarde, revoltando-se outra vez contra um companheiro de armas que representava um poder "democraticamente" eleito e "legalmente" instituído. O que é que se passou entretanto? Por que razão voltam a "aparecer" só vinte anos mais tarde? Como interpretar a sua actuação num contexto de "transição democrática", em que qualquer intervenção da sua parte na cena política é vista como uma perversão dos valores e normas democráticas?

⁶ Palavra creoula da Guiné-Bissau que designa aldeia ou conjunto de aldeias.

⁷ Em relação à Costa do Marfim, ver *Jeune Afrique*, Hors-série No. 2, Janeiro 2000.

A história recente dos militares da Guiné-Bissau liga-os de uma forma particular ao poder político, assumindo esta ligação uma configuração contraditória. Por um lado porque, embora tenha conhecido, efectivamente, dois golpes de Estado (o de 14 de Novembro e o de Maio de 1999), o país foi governado em apenas uma ocasião e durante aproximadamente um ano por *manus militares*. Pode-se dizer que a estabilidade política foi uma constante na história do país, embora a situação material e social dos militares, incluindo os antigos combatentes, tenha sido sempre precária. Além disso, muito do que se passava no seu seio e que em circunstâncias normais é da competência das chefias militares, era decidido na esfera política. Com efeito, entre a proclamação da independência e o golpe de Estado de 1980 e entre este e a proclamação do multipartidarismo (1991) os militares adoptaram um perfil muito baixo quanto à sua influência directa no processo político. Esta relativa apatia teve eventualmente a ver com o nível de formação relativamente baixo da esmagadora maioria da classe castrense e, sobretudo, com uma consciência corporativista pouco desenvolvida, à qual se podia associar uma tradição de obediência herdada da guerrilha, que submetia os interesses militares ao *diktat* político.

Algumas evoluções de carácter interno e externo tinham porém contribuído para que se reconhecesse nos militares um actor social de importância crescente. A nível interno tinha-se verificado uma melhoria do perfil da chefia militar em termos da sua formação e qualificação; O número de comandantes com formação superior tinha crescido consideravelmente. Por outro lado, no plano externo, devido à manutenção de um clima de tensão na subregião, particularmente por causa do conflito de Casamance, mas igualmente devido ao conflito fronteiriço que opôs a Guiné-Bissau a Guiné-Conakri, a manutenção de focos de conflito no continente e a participação das forças armadas guineenses nesses conflitos, contribuíram para propiciar a gestação de uma elite militar, fazer desabrochar a sua consciência corporativista e, conseqüentemente, alertá-la para o seu eventual peso nas tomadas de decisão sobre questões relacionadas com a soberania do país.

Em 1991 tinha sido decretada a despartidarização das Forças Armadas, mas a sua politização e a aprendizagem de uma nova forma de estar na política estava apenas a dar os seus primeiros passos. A liberalização política e as reformas introduzidas a nível das estruturas políticas preconizavam esta despartidarização, mas, de facto, os militares continuaram bastante ligados à esfera política. O Presidente do Conselho de Estado, reconhecido pela Constituição como o Comandante Supremo das Forças Armadas, nomeava os Chefes de Estado Maior e mantinha uma relação relativamente estreita com os seus principais homens, tratando-se em alguns casos até mais de uma dependência pessoal do que de um relacionamento institucional.

A ideia da possibilidade de esterilização política dos militares tem vindo aliás, na generalidade, a ser rejeitada, face aos resultados das investigações conduzidas. Hoje, a questão não é saber «se» as forças armadas têm influência na política, mas “quanto” e de “que modo” (WELCH 1974: 2)⁸. Recentemente, Sarkesian põe mesmo em causa a clássica imagem da interacção entre sectores militar e civil, baseada na demarcação de fronteiras e de competências e no pressuposto de que as Forças Armadas deveriam ser apolíticas e completamente subordinadas ao controlo civil. As realidades das últimas décadas exigem, segundo o mesmo autor, uma cuidadosa revisão a nível conceptual (SARKESIAN 1985:60).

No caso da Guiné-Bissau está por provar se a intervenção dos militares no processo político em curso, designadamente através do levantamento de 7 de Junho, que depois se transformou numa guerra fratricida, terá sido, objectivamente falando, um factor de consolidação da democracia, mas foi certamente um sinal de um assumir de maior protagonismo por parte deles. Pois, o conflito armado teve como consequência imediata a paralização das instituições e do próprio país.

A realização das eleições devia fazer o país regressar à normalidade democrática. Durante a fase preparatória desta, a Junta reafirmou o compromisso assumido em Abuja de não se intrometer nos assuntos políticos. De facto, quando toda a gente receava pelo pior, o comportamento dos militares durante as últimas eleições de Novembro de 1999 foi relativamente pacífico, inclusivé comparativamente à sua postura durante a vigência do mandato do governo de transição, denominado governo de unidade nacional, dirigido pelo Primeiro Ministro Francisco Fadul, e em relação ao qual detinham, de facto, alguns poderes. Com efeito, quando todos estavam apreensivos quanto ao seu recolhimento nos quartéis, os militares mantiveram-se afastados do processo eleitoral. Mas o comportamento

⁸ Ver também CARRILHO, 1985: 60.

de alguns elementos destacados da Junta Militar perante o novo poder eleito levanta de novo suspeitas quanto à sua verdadeira intenção de continuar afastado da cena política e, sobretudo, de prescindir das *benesses* que o exercício do poder confere aos dignitários do Estado.

Hoje, apesar da investidura dos novos poderes legalmente eleitos, uma facção da Junta Militar, incluindo o seu Comandante, continuou a comportar-se como se não tivesse a intenção de abandonar definitivamente o poder aos civis. Primeiro, foi o *Pacto de Regime* que preconizava a manutenção dos militares no poder por um período de dez anos e reclamava um conjunto de regalias para os membros da Junta. Após ter sido rejeitada pelo conjunto da classe política e pela sociedade civil, uma nova proposta sob a capa de *Magna Carta* veio a tentar dar corpo a este conjunto de reivindicações que, tal como o documento que o precedeu, não teve eco favorável junto dos políticos. Apesar de ter suscitado uma certa indignação e até uma onda de protestos junto dos meios políticos, parece que estes dois documentos tentavam consubstanciar e formalizar uma reivindicação que correspondia às verdadeiras intenções da Junta, embora corrompidas por alguns círculos políticos, que viam nessas medidas um meio para se aproveitarem das vicissitudes do poder. A recusa destas propostas por parte dos políticos e da sociedade civil veio a abrir uma brecha a uma atitude menos legalista e transparente, que passou a expressar-se em actos que representam um verdadeiro atentado ao princípio de respeito pelas instituições e autoridades legalmente instituídas e talvez uma ameaça à consolidação da democracia.

Neste momento o exercício do poder é caracterizado por uma ambivalência crescente. Volvidos vários meses após a investidura do novo governo, a Junta Militar não só não regressa aos quartéis, como continua a manifestar uma apetência pelo poder. O Comandante da Junta não só demora a abandonar a zona da base aérea e o aeroporto, como se serve dela para fazer ameaças e chantagens ao novo poder, incluindo o Presidente da República⁹.

CONCLUSÃO

Em quase todo o continente, a crise fiscal do Estado e os graves problemas da estagnação económica contribuíram para destabilizar e até minar as formas e os modos de controle político estabelecidos durante as primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Boone, o desmantelamento dos arranjos corporatistas, o movimento no sentido da liberalização económica que ligavam o regime às "constituencies" urbana e rural, bem como a deslegitimação que acompanhou o falhanço económico forçaram claramente a reconfiguração das relações estado-sociedade (BOONE, 1999:135). Nós diríamos que os grupos étnicos, os movimentos religiosos, as associações baseadas nas relações de género, organizações profissionais e outros estão a ser criados ou reconfigurados em resposta ao novo contexto político. Cada um destes grupos tenta redefinir os seus interesses estratégicos que, enquanto tais, são de longo prazo e configuram o lugar e o papel que cada um deles ocupa e joga no espaço político.

O dinamismo destes grupos levou a que os primeiros estudos o conotassem como o "ressurgimento da sociedade civil" e a sua capacidade para restringir o Leviathan africano. Outras avaliações estão a emergir. Talvez seja a altura de abandonar a maré do reformismo institucional porque mesmo os credores externos parecem ter perdido a maior parte do seu zelo pela democratização. Mais uma vez estamos de acordo com Boone quando afirma que "neste contexto as características da reconfiguração parecem ser mais complexas e contraditórias do que implica o cenário da democratização" (BOONE, 1999: 135)

Em muitos contextos, o renascimento do multipartidarismo tem sido acompanhado pela reemergência de acontecimentos e clivagens sociais que marcaram a primeira ronda de multipartidarismo nos anos 50 e 60. Antigas clivagens regionais e tensões étnicas não desapareceram. Procurando novas bases para legitimar a sua liderança, os governos têm procurado redefinir a sociedade política.

⁹ O episódio ocorrido em Março deste ano, em que o Comandante da Junta Militar deu ordens para não deixar passar o Presidente da República que se deslocava numa missão ao interior do país é revelador da situação de indefinição em que se encontra o país quanto ao exercício do poder. Vem-se assistindo ao envolvimento crescente do Comandante da Junta na discussão de grandes dossiers, nomeadamente o de Casamance, Petróleo e outros. As viagens do Presidente da República têm sido por diversas vezes integradas pelo Comandante da Junta. E o espancamento dos trabalhadores da central eléctrica de Bissau por um grupo de militares supostamente sob ordem do Comandante da Junta Militar, bem como a recusa prolongada do Chefe de Estado Maior da Marinha em abandonar o posto na sequência de um decreto presidencial proposto pelo governo que o demitia das suas funções só vêm confirmar a tendência de o país entrar num estado de desordem.

Assim, a democratização em si, é, em parte, um regime que leva à reconfiguração da sociedade política. Liberalização implica necessariamente um enfraquecimento do controlo do governo central sobre a arena pública, mas (ironicamente talvez) também cria novas oportunidades para exercer um controle político de baixo para cima. Como mostram os casos de Zaire e Rwanda, liberalização pode ser entendida em parte como um xadrez de alto risco por parte dos regimes derrotados na sua tentativa de centralizar o poder. Revela-se que o movimento em direcção ao multipartismo e democratização pode fazer surgir e organizar a oposição.

Os acontecimentos que se seguiram ao debate sobre democratização são significantes e de interesse em si, são apenas o início de um processo mais profundo por que os Estados africanos estão a passar. Pela força de novos actores sociais, que se aproveitaram da mudança de circunstâncias para estabelecer bases sociais, habilitando-os com novos poderes. Como vários grupos aproveitaram as oportunidades proporcionadas pelo novo contexto-incluindo o desenvolvimento com actores internacionais-para organizar e projectar exigências, o Estado foi forçado a reagir. Quer tenha sido querido pelos detentores do poder ou não, iniciou-se uma certa reconfiguração do Estado, mesmo em regimes marcados por uma aparente continuidade. Uma grande variedade de actores sociais e políticos tentaram influenciar e jogar um papel no processo de reconfiguração da ordem política em nome da democracia. Neste contexto, os militares não ficam de fora e nem devem ser vistos como extra-terrestres.

BIBLIOGRAFIA

- Baudoin, Jean, *Introdução à Sociologia Política*, Editora Estampa, Lisboa, 2000.
- Boone, Catherine, "Empirical Statehood" and Reconfigurations of Political Order, In *The African State at a Critical Juncture. Between Disintegration & Reconfiguration*. Edited by Leonardo A. Villalón & Phillip A. Huxtable, Lynne Rienner Publishers, Boulder, London, 1999, pp. 129-142.
- Carrilho, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Estudos gerais Série Universitária, Lisboa, 1985.
- Fernandes, Raúl, "Processo Democrático na Guiné-Bissau", *SORONDA* (Bissau), No. 17, Jan. 1994, pp. 31-43.
- Finer, Samuel E., *The Man on Horseback-The Role of the Military in Politics*, 3ª ed., Middlesex, Penguin Books, 1976.
- Horowitz Irving L., *Beyond Empire and Revolution-Militarization and Consolidation in the Third World*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1982p. 160
- Sarkesian Sam, "Military Professionalism and Civil Military Relations in the West", in Anton Bebler, ed., *Civil-Military Relations*, International Political Science Review, Vol. 2, No. 3, 1981 (special issue).
- Tangri, Roger, Politics, Capital and the State in Sub-Saharan Africa, in *Civil Society and Democracy in Africa. Critical Perspectives*, Frank Cass, London, Portland, Or, 1998, pp. 108-122.
- Villalón, Leonardo & Huxtable, Phillip A *The African State at a Critical Juncture. Between Desintegration & Reconfiguration*. Edited by Leonerdo A. Villalón & Phillip A. Huxtable, Lynne Rienner Publishers, Boulder, London, 1999,
- Welch Claude & Smith Arthur, *Military Role and Rule*, North Scituate, Mass., Duxbury Press, 1974.

